

**INDESEJÁVEIS TRAVESSIAS: DA MIGRAÇÃO
AUTODETERMINADA À MIGRAÇÃO ALIENADA
(CONCEITUALIZAR O CONTEXTO PARA
CONTEXTUALIZAR O CONCEITO)***

Júlio César Ribeiro¹, Airton Sieben²

(1 - Prof. Dr. do curso de Geografia da UFT/Araguaína, Endereço: Rua Machado de Assis, n° 145, Centro, CEP: 77807-050, Araguaína/TO, E-mail: jcezarr@hotmail.com, 2 - Prof. M.Sc. do curso de Geografia da UFT/Araguaína, E-mail: airsie@bol.com.br)

Resumo: O sentido da migração muda conforme a lógica que a entranha. Do movimento estranhado ao movimento consciente, pode o homem se centrar no deslocamento.

Palavras-chave: espaço, capital, território, migração.

Abstract

**UNDESIRABLE CROSSINGS: OF THE MIGRATION SELF-DETERMINED TO
THE ALIENATED MIGRATION (CONCEPTUALIZATION OF THE CONTEXT
FOR TO CONJECTURE THE CONCEPT)**

The sense of the migration changes according to the logic that the viscera. Of the movement found strange to the conscious movement, it can the man if it centers in the displacement.

Key-words: space, capital, territory, migration.

1 - Produzindo a migração para reproduzir o território do capital: elementos indicativos do transe histórico-geográfico do migrar

O Brasil é um país de grandes desigualdades – ou de muitas Somálias, disse certa vez um jornalista, ironicamente premiado no planalto pelo presidente neoliberal, multiplicador das “somálias” brasileiras à custa de arrombos financeiros e muitos descabros econômicos.

Decrépita situação de injustiça social que vem de tempos: desde que os europeus, sedentos por riquezas, ancoraram nessas bandas do mundo e, quais canibais modernos, passaram a devorar, dia após dia, as vidas dos povos e as riquezas dos solos.

* Recebido para publicação em 10 de Outubro de 2007;
Aprovado para publicação em 12 de Novembro de 2007.

Incubador do vírus da nova era, o europeu transportava a praga dos tempos modernos: o capitalismo, que pôs fim ao obscurantismo medievo para arremessar seus universais metafísicos sobre o mundo (“democracia burguesa”, “liberdade individual”, propriedade privada, “Estado democrático”, etc.), alastrando a alienação material e espiritual por sobre os homens. Não à toa ter já sido alcunhado de praga de gafanhotos, como nuvem que nada deixa por onde quer que se mova.

Conforme se expande a relação-social-capital, movem-se povos e impõe-se forçosamente uma frenética migração.

Vai, assim, o modo de produção produzindo a migração social para reproduzir geograficamente as relações de trabalho, disseminando relações econômicas hegemônicas para que as mesmas homogeneizem as práticas espaciais. De outra parte, põe-se a migração dialeticamente a influir na organização espacial do modo de produção. Lembremos que o fenômeno migratório, corrente desde que o homem existe na face da Terra, se agiganta com a Iª Revolução Industrial, quando ganha em extensibilidade e profundidade inimagináveis as relações sócio-espaciais entre cidade-campo, país-país, entre classes e segmentos sociais, etc.

Outro não seria o motivo de a migração dever ser contextualizada histórico-geograficamente.

Vejam os um pouco sobre seu manifestar no Novo Mundo: situação que afetou a lógica da migração local porque se transformou os outros modos de produção autóctones, os Outros Mundos existentes, destruindo, de arrastão, o outro ser que aqui estava.

Destruir o Outro, não enxergar a alteridade humana dos primitivos, implicou no aniquilamento da humanidade do Eu europeu, pois o Outro representa a possibilidade de visão do Estar geográfico do Ser social através do espelho da diversidade. Quebrar o espelho ou distorcer falaciosamente as imagens, enegrecendo-a com preconceitos, resulta na cegueira diante de si mesmo.

Aventuras. Desventuras. Descobertas. Encobrimentos.

As cercas e cerceamentos materiais e espirituais que os europeus armaram aos povos autóctones – chamados de indígenas – afetaram não apenas a lógica e o sentido do fenômeno migratório que investiam. Fez mais, contribuiu com o que nenhum modo de produção jamais fora capaz de vislumbrar: um genocídio que invejou a pósteros ditadores sanguinários e um ecocídio que chega mesmo a pôr o planeta em perigo.

O colonizador fora extremamente racional, pragmático e imediatista, em se tratando de uma colônia de exploração. A visão equivocada do infinito sobre a floresta, que o europeu

detinha em 1500, persiste até hoje (PÁDUA, 2007). A economia brasileira continua pautada na destruição ambiental e na exploração do trabalho.

Não importa o que afiancem os ideólogos do “desenvolvimento sustentável” com o paradigma ambiental da “moda”, inexorável é o fato de que à diminuição da sociodiversidade caminha, a passos largos, a minoração da biodiversidade.

O capital: elemento nodal.

Frente ao objetivo de compreensão do fenômeno migratório, pretendemos apresentar algumas noções da geografia em costura à época do capitalismo mercantil, atinando à processualidade em curso no período pós-Descobrimento que, conforme se robustecia, destroçava as geografias dos povos pretéritos.

A força desse processo proclama-se na nova configuração territorial edificada, refletida no imenso roteiro dos fluxos populacionais que se desenhou e que a cada dia é redefinido pelas forças colossais dos ventos do capital.

Região de imensas dimensões, qual unidade construída a partir dos destroços de outras espacialidades, as diversidades “físicas” do país cegavam aos navegantes, fosse no sentido morfológico, edáfico, climático ou biológico. Contudo, não é somente no aspecto “físico” – como costumeira e talvez erroneamente se trata os elementos não-humanos – que o Brasil exibia sua diversidade, pois a forma de ocupação e a produção do território brasileiro espelham diferenças sócio-político-culturais indígenas tratoradas pelo sentido da colonização empresarial instalado.

Para a compreensão dessas diversidades, ou desigualdades, faz-se preciso entender o processo de transformação do Estado brasileiro em território e também o processo de povoamento do Brasil.

Por conta disso, objetivamos fazer um relato histórico de sua ocupação, povoamento e produção, destacando a importância dos movimentos migratórios internos no contexto da economia brasileira, além de caracterizar a ocupação populacional do Nordeste e do Sul – como se convencionou simbolizar as direções. Sem que deixemos de focar, igualmente, a migração de massas populacionais do Nordeste para o Sudeste.

Os portugueses, desde o princípio, deram o arranque ao processo de ocupação e produção do território brasileiro. Ocupação que parte do litoral, sobretudo o nordestino, dada às dificuldades de penetração num interior desconhecido, que cheirava ao medo frente uma selva fechada, inóspita e povoada de armadilhas.

Escolhido como local primário da ocupação, essencialmente pela sua geodésica posição continental, situado mais próximo da Europa, o Nordeste em muito contribuiu à exportação das matérias-primas coloniais (como as mercancias agrícola-algodoeira e as madeiras de qualidades tintoriais, levadas à Inglaterra).

Um dos primeiros locais a serem explorados pelos ciclos econômicos esteados no agroextrativismo exportacionista foi a conhecida zona da mata nordestina, senhora de solos extremamente férteis e propícia umidade, favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. Tal gramínea, associada com a exploração do Pau-Brasil extraído da Mata Atlântica (que ainda se esparramava do litoral norte do Nordeste até rincões do Rio Grande do Sul) foi dos “*produtos-rei*” (MOREIRA, 2002, p. 34-35) ou “*produtos-âncora*” (RIBEIRO, 2001, p. 214) que mais prendiam o interesse da coroa lisboeta.

A ocupação foi paulatinamente se interiorizando, conforme permitiam as condições naturais e a resistência despendida pelo aborígine.

No raiar da ocupação, foi ele o personagem escravizado para o cultivo da cana-de-açúcar, não obstante o seu acostumar com a liberdade, portando uma cultura de trabalho diferenciada, retirando da natureza tudo o que necessitava para sobreviver. O que lhe faltava, fabricava com os punhos à medida apropriada da sobrevivência, sem se perder com uma produção-sem-fim e nem se desviar da produção voltada para algo que não os valores-de-uso. Num momento ou outro, punha-se a cambiar com outros povos para que os laços de parentesco e alianças se fortalecessem.

Produzia-se para o consumo. Dava-se para, em momentos de possíveis penúrias, do outro se receber. Nesses modos de produção comunistas primitivos, todos se dão, se fazem e se constroem: ninguém é esquecido numa rede de proteção e solidariedade mútuas.

Impossível não haver choque com o que queria o europeu, haja vista que as formas de reprodução material e imaterial da existência índia se divisavam, contraditavam, com as propostas alienígenas. Além do que, não estavam acostumados a retirar da terra-mãe mais do que o necessário, e sempre que o faziam pediam graças aos deuses para abençoar toda a extração necessitada.

Ao nativo, a natureza era berço e túmulo. Lazer e morada. Presente e futuro. Espaços sagrado e profano. Não só parte, como *continuum*. Nada de *objeto* e *exterioridade* – como pretendia a visão burguesa – a serem explorados ao infinito, senão extensão do *ser* na mais profunda *intimidade*.

Negando-se ao trabalho produtor de valores-de-troca, que lhes impingiu uma forçada e alienada migração, um processo de trabalho despregado da subsistência e imposto por estrangeiros à base de cativo e maus-tratos, fora necessária a introdução de mais um elemento social na cultura brasileira, cada vez mais mestiça, miscigenada.

Entram em cena os negros, arrancados dos solos africanos por povos apressados inimigos, que ganhavam no comércio de almas humanas para abastecer a sede de riqueza dos europeus, mercadores de gente.

Um nexos migratório intercontinental se estabelece, sobretudo nas duas margens do Atlântico austral.

Desterrado, desterritorializado e cada vez mais desaculturado de sua terra e valores originais, foi mais fácil de se exercer o controle – se comparado aos indígenas –, visto que muitos vivenciavam a escravidão junto a várias tribos africanas. Pesava, além disso, o fato de estar longe de sua terra natal, longe dos seus, soltos numa espacialidade nova, na qual indisponham de quaisquer laços territoriais ou de sociabilidade¹.

Várias foram as ideologias ventiladas pelo europeu para tentar justificar o cunho “necessário” e pseudo-moralístico de seus atos.

Uma das ideologias pregadas é que o negro já estava mais afeito à escravidão devido à repetição corriqueira do fenômeno com os seus. Leda falácia, não era ele cordial, passivo e afeito aos (des)mandos de outrem sem se erguer a lutar: seja na África ou em chãos da Colônia, as tentativas e sucessos de fuga (que originaram os vários quilombos) e as ofensivas aos seus senhores, dentre variadas outras estratégias, comprovam isso. O ideário da similaridade da escravidão que se fazia com a que ele desfruiu em África é outra inverdade: a escravidão dos europeus sobreposta aos negros se divisava daquela por entornar-se ao lucro, à reprodução infinita do valor em-si, cuja função *crematística* (se empregarmos expressão aristotélica) fugia aos olhos no quesito perversidade.

Também não se deve endossar o imaginário de que, por que ímpios e desalmados, se estava a fazer um serviço à Sagrada Família Católica, trazendo mais um filho desgarrado do

¹ A estranheza com o entorno, com a geografia alienígena deparada, despertam nos povos africanos o interesse em reproduzir a cultura de seus ancestrais e de suas terras. Eis a dialética sócio-espacial fundamental: se é verdade que a migração força o sujeito a ter de se adaptar, materialmente e culturalmente (mentalmente, psicologicamente), à ambiência ao qual foi destinado, também é verídica a asserção de que o sujeito carrega em seu espaço mental um pouco das raízes de seu *locus* original, plantando-as e fertilizando-as no novo contexto, chegando mesmo a influenciá-lo. Espaço da mente e espaço social, dialeticamente se sintonizando e dessintonizando. Travessias territoriais e espirituais se influenciando mutuamente, mesmo que desproporcionalmente. O sentido de estranheza e de não-pertencimento simbólico-cultural está intrinsecamente enlaçado à totalidade espacial alienada e alienante do ser.

rebanho aos braços da Santa Igreja – obviamente que mediante resignação extrema aos (des)mandos senhoriais, como se exigiu momentos antes dos nativos.

Eram eles trazidos de maneira forçosa e insalubre às Américas num ambiente totalmente diferente, sendo muitas vezes colocado em senzala com grupos inimigos e ensurdecido com dialetos diferentes para evitar fugas e motins, barrando a comunicação. Dos barcos negreiros, os infames “tumbeiros”, quais cemitérios flutuantes utilizados à travessia, desembarcava a mercadoria-homem às centenas – os já vencedores, resistentes às doenças e desavenças oceânicas, negros que tinham como maiores companhias a dor e a angústia do banzo no oceano de lágrimas.

Enfim, chegaram...

Como era a terra em que aportavam?

2 - Povoando a “terra de ninguém”: o preenchimento dos “espaços vazios” pelos vetores do espaço-do-capital

O Brasil foi arrumado como território do poder, com estrutura fundiária concentrada.

As terras foram doadas às pessoas influentes das capitanias, escolhidas a dedo pelo rei lusitano – embora muitos dos agraciados de soslaio contrariassem a benevolência do rei, sendo mais infortúnio que bem-aventurança ter de deslocar-se a “incivilizados” alhures.

Eis o primeiro fatiamento geográfico intracolonial, rabiscado posteriormente ao Tratado de Tordesilhas (1492), que rachara já, politicamente, os chãos sul-americanos aos desígnios dos ibéricos reinos europeus.

As sesmarias, por sua vez, eram grandes porções de terra cuja primeira atividade econômica significativa fora a produção de cana-de-açúcar, sendo que apenas duas delas prosperaram (Pernambuco e São Vicente). Nelas os sesmeiros, senhores de engenho, iniciaram o cultivo dessa gramínea, no caso de ser agraciado com o famoso solo de massapé.

Encetava-se assim, a cultura da *plantation* (plantagem para Jacob Gorender). Palco duma agricultura monocultora encenada desditosamente por um sujeito visto como objeto, como capital fixo e polia vital da correia econômica, superexplorado como trabalho escravo², mercadoria importada produtora doutra mercadoria exportada.

² Muito se escreveu sobre a importância do negro: 1) a econômica é conhecida, pois ele era o fundamento maior da economia, superando em importância as terras (era mais rico quem mais escravos possuía); 2) contraditória é a versão social freyreana que tenta imputar à relação senhor/escravo uma harmonia idealista. Tese bastante frágil a segunda, em que pese haver um limite na relação conflituosa entre ambos, pois não devemos esquecer que, se não havia o aludido e ilusório convívio pacífico, haveria insensatez por parte do senhor em abusar (senão na

Migrava gente para essas bandas. Desse processo debandava um fluxo de mercadorias ao exterior.

Feixes de fluxos de mercadorias variadas: homem e objeto, (con)fundidos pela economia mercantil.

A partida aos latifúndios agroexportadores é dada no Nordeste.

Do décimo sétimo século cristão em diante, a ocupação vai-se ampliando, desviando-se para o Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Atinge pontos mais favoráveis, no que respeita aos aspectos fisiográficos, onde o indígena oferecia relativamente menor resistência, já que as tribos consideradas mais aguerridas habitavam as faixas litorâneas (sendo dizimadas ou forçadas à migração interiorana).

Tal ocupação acompanhou os rios, meio de circulação natural facilitador da penetração, da ocupação e concretização da migração – sem mencionar as bandeiras paulistas, que em tempos vindouros alastrariam as fronteiras de uma coroa gulosa por territórios.

O mesmo século vê surgir outro ciclo econômico.

Passada, pois, a época de auge da madeira cor-de-brasa, bem como a da caça ao “ouro vermelho” (índios), as viagens interior a dentro se deslumbram com a exploração do “ouro amarelo”, nas Gerais.

Associando-se a esse ciclo econômico, dissemina-se a criação de gado no Nordeste. O gado solto na caatinga e no cerrado abria novos caminhos pelo rio alcunhado como o da “integração nacional”³. É comum se dizer que o gado ia à frente e o homem branco atrás, vez que o gado abria os caminhos na caatinga, facilitando a passagem do homem; processo que desapropriava crescentemente o indígena, geralmente fugitivo da perseguição do homem branco, que adentrava a mata com os guias (índios, inclusive).

Por costume, a carne de gado era seca ao sol para depois ser enviada às áreas de mineração, servindo ao consumo nas regiões auríferas, que recebiam números expressivos de habitantes que sonhavam “ganhar a vida” (vida que, ironicamente, menos e menos lhes

medida do disciplinamento e do “exemplo”) nos castigos dos negros, extrapolando nos maus-tratos daquele de quem mais precisava e que encarnava o capital investido à ulterior multiplicação. Mas, às vezes, a ganância embaralhava a razão, e a pólvora era acesa, e muito sangue escorria.

³ Integração ou não, ainda hoje recebe o olhar atento da sociedade brasileira, pelos que querem transpor suas águas como, diz-se, medida de redução da sede e da seca que assolam a região. Não se sabe ao certo, entretanto, se virá reduzir as disparidades sociais ou aumentá-las, ao fortalecer a geografia do poder secularmente arraigada, aumentando os descalabros migratórios e a concentração de terra, água, poder, etc. O fato é que desde que o Brasil é Império, o São Francisco é visto ou como solução ou como meio de manutenção do poder no polígono nordestino da seca.

pertenciam, com as propriedades privadas de um país gordo para poucos e magricelo para muitos).

Além da carne, os animais prestavam à tração, colocando-se como o principal veículo à locomoção de cargas e pessoas nessa geografia da circulação marcada por mecanismos e fontes primitivas de energia e tecnologia. Quanto ao couro, era utilizado como embalagem, sobretudo ao açúcar. Não à toa ainda hoje se ouvir dizer que do gado nada resta, tudo presta.

O Nordeste dos anos 1790-92 foi marcado por uma grande seca. Boa parte do rebanho, dizimada.

Em meio a esse panorama, tem-se a rearrumação geográfica da produção da carne na Colônia brasileira.

O desenrolar primacial dá-se quando um cearense migra até Pelotas/RS para criar gado bovino. Como as condições naturais (edáficas, climáticas e vegetativas) no Rio Grande do Sul são mais favoráveis, se comparadas às nordestinas, a produção gaúcha logo se sobressai.

Sobre o mundo do trabalho, também essa atividade econômica se pautava na escravidão do negro que, além dos vários tipos de atrocidades acometidas pelos senhores, estava sujeito às intempéries climáticas e ao insalubre trabalho no salgamento do charque, que comia as feridas e os cortes rasgados pelo chicote.

Mediante essas estratégias, o Estado sulista lidera o fornecimento do charque às áreas mineradoras que prosperam, cristalizando sua importância no abastecimento alimentar do mercado doméstico: um exemplo de divisão territorial e técnica do trabalho internamente à Colônia, com um fluxo de pessoas e mercadorias destacáveis, que ao passo que iam surgindo e estabelecendo relações em redes, contribuía à tênue unificação e intercâmbio dos arquipélagos econômico-territoriais brasileiros, que, quase sempre, como ilhas isoladas e conectadas à Europa, mostravam-se desprovidas de relações econômicas entre si. Ou seja, processava-se na economia colonial um aspecto histórico totalmente diferente, atrelado à interligação das regiões, ensaiando uma tênue coligação dos espaços moleculares e, pela primeira vez, uma produção específica que atendia ao mercado interno, visto que o ouro e a prata extraídos das Gerais serviam sobretudo à exportação, de interesse metropolitano.

É este o marco histórico-geográfico da produção alimentícia na região Sul. (Fato que ocorre ainda hoje, com o exemplo da produção de arroz: o Rio Grande do Sul é o maior produtor de um dos alimentos típicos do prato do brasileiro).

No século XVII também são construídos alguns fortes em áreas estratégicas do Norte (Amazônia), com o fito de proteger as fronteiras e evitar a invasão de franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, que acompanhavam os meios fluviais objetivando participar de ganhos econômicos nestas.

Nesse século, aliás, por que preocupada em concretizar a ocupação e interligar vários pontos do Brasil, sobretudo o Sul e o litoral, a Coroa promove a vinda de migrantes açorianos para Santa Catarina. Como uma geopolítica de povoamento e guarnição de fronteiras, eles ocuparam primeiramente pequenas áreas rurais, estabelecendo-se no litoral para dedicar-se à pesca. (Inda hoje a cultura açoriana faz-se presente em vários Estados do Brasil).

Em 1824, dois anos após a Independência (política) do país e preocupado com os vazios demográficos ou os “*espaços vazios*”⁴ no Rio Grande do Sul e a constante preocupação com a possível invasão que os argentinos poderiam realizar nessas paragens, o Império promove a vinda de migrantes alemães, via concessão de pequenas lotes de terras, para que iniciassem a derrubada de matas e instalassem suas famílias.

Nos anos seguintes, novas levas de migrantes germânicos vão chegando e ocupando os espaços dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estabelecendo pequenas propriedades rurais para praticarem a agricultura de subsistência.

Em 1888, com a abolição definitiva da escravatura, foi introduzido no Brasil o imigrante italiano, instalado, maiormente, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No primeiro Estado, esse migrante trabalha na cultura do café, ciclo econômico importantíssimo na economia brasileira e responsável pelo Sudeste ter-se tornado a região economicamente mais ativa do país, onde trabalhava num regime de relações de trabalho considerado por alguns como de *colonato*, sob forma de relações de trabalho não-capitalistas – enquanto outros já preferem caracterizá-las como forma específica de manifestação do capital, por considerarem o salariedade central, mas não exclusivo na determinação duma relação como “*especificamente capitalista*” (RIBEIRO, 2001, 2004).

⁴ São essas expressões comuns na literatura brasileira, usadas às vezes sem o cuidado necessário de identificar os povos que existiam ou que foram expulsos pelos colonizadores, sobretudo na área em questão, que era repleta de índios e de missões jesuíticas em 1750. Contudo, vê-se, na troca da região do prata pela área missionária, os índios saíram da proteção da coroa espanhola “contra” a escravatura para o domínio português, cujas leis se isentavam da proteção ao autóctone. A dizimação de Guaranis fora grande por espanhóis e portugueses, ocorrendo um verdadeiro genocídio. Ao Guarani nada restava a não ser lutar pela sua área, pois a selva, único lugar de refúgio, estava repleta de demônios – segundo a ideologia transmitida pelos jesuítas para que os índios pudessem ser “catequizados”. A visão eurocêntrica provoca certas distorções, porque por vezes sugere que os espaços não ocupados pelos “civilizados” se fariam des-ocupados, vazios (*sic!*), quando haviam seres humanos nessas localidades – embora o europeu se achasse mais humano que o índio!

No Rio Grande do Sul, o imigrante italiano ocupa principalmente as regiões serranas, as não ocupadas por alemães. O imigrante latino dedicou-se à atividade da produção de vinhos e, atualmente, essa é a maior área produtora de uvas e vinícola do país. O imigrante germânico dedicou-se a culturas diversas, donde hoje se destacam as produções de soja e tabaco. Apesar das dificuldades de ambos, não é incomum se ouvir dizer que obtiveram “sucesso” na migração a terras sul-americanas. Situação bem diferente enfrentou o escravo: enquanto os imigrantes europeus chegavam com perspectivas de crescimento, o africano saía das fazendas, particularmente dos cafezais do Sudeste, sem qualquer perspectiva, abandonados à própria sorte. Daí que, afirmar, hoje, que o Brasil não é um país preconceituoso, significa reproduzir uma histórica falácia, uma entre as muitas mentiras de geografias das fantasias.

Como se pode notar, a ocupação geográfica da região Sul se difere da do Nordeste: neste estimulou-se a agricultura agroexportadora com os latifúndios e a concentração de terras, fundeada na escravidão, conquanto na primeira se promovesse o povoamento de “homens livres”, em especial em pequenas áreas rurais, tendo por foco a subsistência (ensaiaando-se formas de substituição do trabalho escravo no país) e entrega de pequenas propriedades para manter à distância os olhos ambiciosos dos hermanos platinos.

Fatos duma estrutura fundiária que, atualmente, se reflete nas desigualdades regionais, haja vista que os grandes latifúndios concentram-se principalmente nas regiões Nordeste e Norte. No entanto, é importante destacar que no Estado sulista também houve a doação de terras (sesmarias) destinadas principalmente à pecuária e que, como sinalizamos, acabaram por acabaram se tornando áreas mineradoras (Atualmente, os latifúndios gaúchos concentram-se principalmente na porção meridional do Rio Grande do Sul, e como atividades principais têm-se a criação da pecuária extensiva e a produção de arroz).

Já no final do século XIX, o grande foco de ocupação territorial foi a Amazônia. O ciclo econômico da exploração da borracha foi o grande estímulo de inúmeros nordestinos para a emigração à Amazônia, a fim de extrair o látex das seringueiras, numa rede de trocas e servilidade que aprisionada os trabalhadores a uma situação de penúria, por terem de adquirir mantimentos de atravessados, que ainda lucravam com a intermediação com os compradores estrangeiros.

Entretanto, o ciclo seringalista passou por dificuldades no início do século XX e muitos migrantes permaneceram na floresta, competindo com o indígena por um palmo de chão.

A prosperidade do ciclo da borracha fez pipocar cidades na região nortista, como Belém e Manaus, situadas às margens do rio Amazonas para facilitar o escoamento da produção, localizadas nos Estados do Pará e Amazonas, respectivamente; núcleos urbanos que, devido ao furto das sementes por agentes ingleses, viram alterar sua fonte de riqueza, vez que a colônia inglesa da Índia se destacava no topo internacional da exportação do produto, desbancando a concorrente brasileira.

No final do século XIX, o Brasil é sacudido de ponta a ponta: o final do binômio latifundiário-escravista – que definhava de 1850 a 1888 – e a aposta brasileira numa incipiente industrialização de centros urbanos que até então exerciam tão-somente função administrativa (não-produtiva), como São Paulo e Rio de Janeiro, aumenta a necessidade por alimentos, o que, por sua vez, amplia o número de pequenas propriedades voltadas à produção de alimentos e de matérias-primas às indústrias (tabaco, algodão, etc.) – recordemos que à época os latifúndios se envergavam a produção da cultura mais lucrativa à exportação, cabendo ao minifúndio o abastecimento de alimentos à população e de matérias-primas às indústrias domésticas.

Artifício de reprodução do domínio, foi fundamental a criação da Lei de Terras em 1850, para que se desse o transe da economia brasileira de seu pilar latifundiário-escravista-agroexportacionista para o latifundiário-assalariado-agroexportador. Daí por diante liberava-se o escravo, sem nada lhe restituir e após decênios de pressão britânica, para se contratar “mão-de-obra livre”.

Libertam-se os escravos e escravizam-se as terras, tornando-as propriedade privada aos poucos que conseguiam adquiri-la (SILVA, 2001, p. 28). O que engendrou uma forma moderna de reprodução da sujeição do trabalhador: da escravidão direta do trabalhador parte-se à escravidão indireta da força de trabalho (RIBEIRO, 2001, 2004).

Ruy Moreira (1988, p. 27) considera que o nascimento do campesinato no Brasil se inaugura na segunda metade do século XIX; sendo o *sistema do morador de sujeição* do Nordeste⁵ e o *sistema do aviamento* na Amazônia⁶ os seus principais determinantes. Contudo, com o esgotamento do contingente de trabalhadores na Amazônia – em um mercado

⁵ Em tal estrutura econômica, os grandes proprietários extraem a renda fundiária do campesinato, foreiro, parceiro ou rendeiro, subsidiando a formação de uma acumulação mercantil, no cenário internacional, que, posteriormente, responsabilizar-se-ia pela formação do capital industrial (têxtil, por exemplo).

⁶ Esse sistema, nucleado pelos proprietários seringalistas das fazendas onde operavam os trabalhadores extratores do látex, foi responsável pela interligação do espaço norte do Brasil via estabelecimento duma cadeia de intermediários nacionais e internacionais. Uma difícil condição, aceita pelos prejudicados seringueiros devido

visivelmente expansivo – e com a expulsão de camponeses no Nordeste pela usina e pela seca, em fins do século XIX, verifica-se a migração de nordestinos para suprir a carência de trabalhadores na região amazônica, tornando-se semi-escravos dos seringalistas que pagaram por sua viagem. Aqui, com o recrudescimento da escravidão clássica, aparece uma semi-escravidão atrelada ao capitalismo mercantil-industrial internacional.

Esses dois sistemas regionais servirão de plataforma para que, posteriormente, se expanda o *sistema do colonato* no espaço cafeeiro paulista, utilizando, na segunda metade do século XIX, a mão-de-obra assalariada imigrante.

Vai-se, assim, coligando-se espacialidades totalmente moleculares, intensificando-se a mercantilidade nas mais variadas formas, redefinindo a força dos agentes sociais e suas posições na hierarquia em desenho.

O desenvolvimento da cidade como *locus* geográfico crescente do mundo do capital no país e a rearrumação que se estabelece entre cidade-campo mexe na distribuição espacial da população.

Tal processo se acentuará na fase de transição da economia brasileira, dos anos 1933 a 1955, com a industrialização em galope.

Após a “revolução” de 1930, a economia cada vez mais se transforma.

As cidades são *par excellence* o palco privilegiado da economia nacional e mundial. Já no campo se processa o fenômeno de concretização e simbolização de proprietários de terras, senhores de gado e do latifúndio pastoril como “coronéis”: as antigas forças hegemônicas do espaço agrário recebem a chancela estatal para o controle dos espaços de conflitos rurais, destinando-lhes legitimidade no estabelecimento da “ordem” no campo, à força se necessário.

Eis por que na primeira metade do século XX, correntes migratórias nordestinas colaboraram à industrialização de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970, quando se completa o parque nacional com indústrias pesadas (siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc.), solidificando, de vez, a incipiente industrialização ensaiada na era varguista, que amargou dificuldades com a tradicional experiência dependentista da monocultura do café: a conhecida crise de 1932, reflexo do *crash* da bolsa nova-iorquina em 1929.

Por volta de meados do vigésimo século, quando a produção industrial ultrapassou aquela agro-extrativista tradicional, alterou-se a base e a estrutura da economia nacional. Os pesos do setor industrial e agrário se modificaram na balança econômica.

ao fato de indisporerem de tempo para cultivar os produtos de subsistência de que necessitavam, passando o dia extraindo a matéria-prima gomífera em meio à floresta.

A força econômica das cidades é que comanda a unitarização dos espaços moleculares do imenso arquipélago econômico-regional brasileiro, seguindo-se, internamente ao país, uma lógica de divisão internacional do trabalho que fará com que indústrias regionais de outros Estados sintam o vigor das que se pretendem nacionais.

A discussão sobre a “vocação agrícola” do país, como muitos entendiam, é negada na prática, após decênios salivados com sofismas sem-fim.

A geografia do território brasileiro vai mudando com as novas atividades econômicas centrais, sua rede e hierarquia de relações, comandado agora pelo mundo urbano concentrador de massas populacionais e de propriedades industriais, deixando ao meio rural camponeses proletarizados e migrantes inveterados, agonizantes sem-terra num país de muita terra ou agonizantes sem-emprego num país de grande exército de reserva (industrial e agrícola).

Em meio a tanta terra, tanta produção (industrial e agrícola), o que sobre é a experiência de escassez e carência. Elementos que conduzem ao desenvolvimento duma mínima consciência da desigualdade, que explode em conflitos no campo e na cidade.

A segregação social e classista gera uma massa de miseráveis, de segregados do espaço do capital. O último fio de esperança desses está na migração, buscando encontrar em alhures o mínimo que lhe basta para sobreviver. Vaga pelos mais variados cantos. Não está só, um exército de deserdados, desterrados, desterritorializados, cruzam o seu caminho. Sua experiência particular se mostra característica universal da lógica do sistema. Nota-se minimamente que a sociedade cria um espaço perverso que gera a migração como válvula de escape espacial às tensões sociais, mas que, por contradição, gera um espaço de tensão social generalizado.

A migração deixa de ser apenas consequência ou reflexo produzido pelo espaço do capital. A migração torna-se causa ou agente contestador-remodelador do espaço do capital.

O espaço cosmicizado do capital tem que lidar com as contradições sócio-espaciais que engendra, defrontando-se com os aparentes caos (contra)espaciais, que se interpõem em seu caminho.

Raiz do processo: mercantilização da terra e da força de trabalho e proletarização de camponeses.

Urbanizado e industrializado o país a partir da cidade, parte-se à industrialização da agricultura, do campo.

No início dos anos 1960, todo um arsenal de indústrias de máquinas e insumos agrícolas é instalado no país. A base siderúrgica e petroquímica anterior estearia a

implantação de indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), além de fertilizantes químicos, medicamentos veterinários, rações, etc.

O novo vem à luz pelo rejuvenescer do velho.

Contradições do velho mundo novo, classista e desigual: concentração fundiária, dificuldade em saldar dívidas, problema em acompanhar o desenvolvimento científico-tecnológico e a miragem de uma vida melhor na cidade, são alguns dos elementos propulsantes do êxodo rural.

Desditosa, a população vai sendo jogada aqui e acolá. Direito de ir e vir, asserção metafísica ideologicamente propagada pela rede de universais do capital, corresponde às condições econômicas do estar geográfico: a escolha de ficar ou partir vai além de mera questão de escolha individual, por parte do despossuído dos meios geográficos de produção, que tão-só a força de trabalho possui para vender a quem puder e quiser pagá-la.

Ainda a respeito duma dessas direções em que tomam as andorinhas humanas, especificamente sobre os nordestinos, é certo que contribuíram enormemente com a urbanização da maior cidade latino-americana, São Paulo, quer trabalhando na construção civil, em fábricas, indústrias ou outros setores.

No entanto, vários são os casos em que o sonho de melhoria de vida na região Sudeste fracassou: muitas famílias de migrantes tiveram que se sujeitar a viver longe de seus espaços tradicionais, conviverem com baixos salários, piorando as suas condições de vida, agonizando com vários problemas sociais e de saúde provocados pela falta de emprego, moradia e de renda suficientes, em meio ao aumento da criminalidade e do preconceito. Muitos foram os que retornaram às região de origem, menos sabedores de seu destino e mais desiludidos com o dia de amanhã, esperando desesperadamente que a situação não redundasse, ao menos, em piora.

Nas décadas de 1960 e 1970, também foi grande a migração de gaúchos e catarinenses em busca de novas terras, principalmente ao Oeste paranaense, após serem expropriados das suas. A responsável por isso continua a ser a monocultura, só que o produto-âncora do momento é a soja, produzida no Rio Grande do Sul desde meados da década de 1950, e que estava se estendendo como tamanha velocidade e importância, na exportação brasileira, que territorialidades e sociabilidades solidificadas por longo tempo de desmanchavam no ar como fumaça.

Do Oeste do Paraná, por sua vez, as correntes migratórias foram avançando pelo Paraguai (com os “brasiguaios”) e também pelo restante do Brasil, por sobre os Estados do

Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, ganhando, desta feita, a região Centro-Oeste e iniciando uma possível ocupação da Amazônia. Conforme avança a soja e outros cultivos de alto valor comercial-exportacionista, tende a pecuária a deslocar-se por áreas de antigas matas, deixando as anteriores terras para o cultivo agrícola.

1950 e 1960 foram igualmente décadas caracterizadas pela construção da cidade de Brasília, com a mudança da capital servindo à ocupação de espaços interioranos, com uma geopolítica de não apenas centrar o eixo político em âmbito territorial como afastar-se de pontos urbanos já marcados por clara tensão social.

Vários nordestinos colaboram para a construção da capital do país nas terras então pertencentes ao Estado de Goiás, sendo eternizados como *candangos*. A construção de várias estradas, tentando “desenvolver” a região Centro-Oeste e interligar a Amazônia com as demais regiões, provocou a migração de nordestinos para o Centro-Oeste e o Norte do país.

As grandes empresas nacionais e transnacionais instalaram-se nestas últimas, buscando a exploração dos recursos naturais. Dessa forma expropriavam-se índios e posseiros, que já viviam em condições precárias. As terras eram tomadas ou os papéis falsificados por meio do processo da grilagem⁷.

Várias áreas florestais foram derrubadas por machados e tratores, a atmosfera acinzentada por queimadas, paisagens imensas transformadas e rios de muitos braços poluídos por mercúrio⁸... Marcas do novo tempo, (geo)grafias do capitalismo (Não mais o mercantil e sim um industrial em trânsito à fase coeva, comandada pelo setor financeiro-rentista).

As áreas de cerrados foram diminuindo e dando lugar à cana-de-açúcar, ao algodão e, sobretudo, à soja. Atualmente, em todos os Estados se é possível encontrar pessoas de vários quadrantes do país, colaborando à diversificação cultural e à miscigenação, como o que se vêem com os nordestinos e os gaúchos. Os últimos foram os responsáveis pela abertura e construção de espaços, plantando-se soja nos Estados do Centro-Oeste, do Norte, Nordeste e em vários outros nos quais as condições naturais favoreçam tal façanha.

Observa-se que nos séculos XVI e XVII ocorreu a dizimação de povos autóctones e do bioma da floresta atlântica, sobretudo no Nordeste. No século XVIII foi a vez dos povos e

⁷ Fabricavam-se engenhosamente documentos amarelados pelo seu depósito em gavetas juntamente com os insetos de mesmo nome, que, pelo liberar de certas substâncias, asseguram o aspecto típico do envelhecimento.

⁸ Como se os danos já causados não servissem de suficientes experiências depredatórias, a bancada dos fazendeiros quer, ainda, tornar possível a derrubada legal de metade das matas existentes em suas terras. O que diminuiria a floresta pela metade.

biomas do Sudeste. No século XIX: a região Sul, com o início da devastação da floresta de araucária. No século XX, com a instalação da nova capital, Brasília, o Centro-Oeste foi o palco da tragédia. O século XXI que se inicia, já dá mostras que a Amazônia será a bola da vez: crescem os indícios de que seus povos serão expulsos da floresta, de seus território sagrados, sendo obrigados a vagar sabe-se lá por onde, já que as suas terras, consideradas “*espaços vazios*” e “*terras de ninguém*”, agora são Terras de Alguém (são propriedades burguesas, de multinacionais e de empresários que vêm fatiando a Amazônia e seus recursos, desde o tempo-espaço dos governos militares integradores-entregadores do que deveriam ser terras da União)⁹.

Concluimos, em meio ao exposto, que o processo agroexportador, a concentração fundiária, a exploração indevida dos recursos naturais, contribuíram sobremaneira para formatar os problemas sócio-ambientais no país, bem como as discrepâncias regionais dos desenvolvimentos desiguais e combinados de seus Estados, populações e classes sociais.

Quando parcela da população se faz integrada em algum projeto que, às duras custas, distribui terras (comparadas ironicamente com grileiros que nada pagaram por ocupá-las por décadas), isto se dá por força de movimentos sociais de luta pela terra, que querem agora migrar da cidade ao campo, em sentido inverso. Situação, por mais que queiram determinados segmentos sociais, que, em-si, está longe de qualquer pretensão socialista, tendo em vista que a distribuição de terras foi pré-requisito ao desenvolvimento capitalista, já que a estrutura binomial latifúndio-minifúndio amarra circuitos espaciais econômicos essenciais à reprodutibilidade do capital: enquanto os “novos latifúndios” se incumbem das atividades agrícolas mais lucrativas, os pequenos produtores minimizam a alarmante pobreza que se agrava nas cidades e que intensifica a violência, permitindo-lhes gerar uma produção a mais destinada a alimentar as massas concentradas nas cidades, controlando os níveis salariais (com manutenção do fornecimento de alimentos e, por conseguinte, contenção de seus preços) e estimulando os fluxos migratórios para onde quer se façam necessários os camponeses-proletários ou a manutenção da estrutura binomial (MOREIRA, 1988).

É esta a cartografia dos fluxos e a geografia do capital. A logística espacial que responde pela disposição e realocamento de hordas de sujeitos que não mais sabem,

⁹ A disputa entre a burguesia nacional e internacional deverá ganhar contornos mais definidos nas próximas décadas: costumeiramente se ouvem notícias de falsas ong's atuando na região à serviço de agentes empresariais internacionais e, há muito, se sabe que os norte-americanos já representam cartograficamente a região amazônica brasileira como sendo um território internacional, patrimônio da humanidade. O “petróleo verde”

momentaneamente, o que fazer, para onde ir, pois, há séculos, o sujeito social deixou de decidir sobre isso.

3. Palavras finais

Presenciamos a era da globalização, chamada de *globalitarismo* por M. Santos.

Por detrás das ilusões, a verdadeira *globalização social* ao qual vivencia a maior parte da população mundial é a da miséria, da violência e da superexploração do trabalho, seja de mulheres, crianças, jovens e adultos, brancos, negros ou índios (RIBEIRO, 2000).

Por detrás das ilusões, a verdadeira *globalização ambiental* que vivencia a maior parte da população mundial é a *re-globalização social do clima natural global* (RIBEIRO, 2006, p. 11).

Como poderia ser diferente: é o capital que está por trás de tudo, quer em sua faceta mercantil, industrial ou, agora, financeira.

Capital e Estado são as duplas faces da mesma moeda.

Foi assim que o Estado burguês, qual orquestra institucional normatizadora e disciplinadora do espaço de relações político-jurisdicionais, destinou recursos para o expandir do capital: ora incentivando a migração europeia em fins do século XIX, ora facilitando relativamente a distribuição de terras como meio de produção de alimentos por pequenos proprietários para abastecer cidades e as próprias fazendas no final do século XIX e início do XX, momento outro cuidando da industrialização e fornecendo crédito à aquisição dos “novos” meios de produção agrícola em meados do século XX, entre exemplos que se perdem à vista.

O estímulo à mobilidade é coroado quando benéfico ao capital. Impróprio quando seu desafiador: quando isso se verifica, se criam barreiras à circulação de pessoas (capital e mercadoria devem deslocar-se no espaço-econômico neoliberal), erguem-se muros à migração clandestina (observemos a muralha israelita erguida aos palestinos e a de seu padrinho norte-americano, a peneira seletiva enlevada aos exploráveis latinos), ou ainda as restrições europeias aos africanos.

No fundo, essa é a essência do capital-camaleão: modificar-se para se manter, renovar-se para se reproduzir, transformar-se para nada mudar, mimetizar-se para melhor se alimentar (RIBEIRO, 2004).

desse século já acende a ganância dos imperialistas; só não sabemos se haverá consórcio ou tomada de riquezas naturais à força – como foi comum à política americana no século passado.

Que o movimento sócio-espacial seja outro que o endereçado pelo capital. Que a aceleração contemporânea seja negada por um tempo-espaço propício ao desenvolver do ser social. Que sejam outras as travessias que virão.

A ponte à migração autodeterminada do ser a outro espaço-tempo conjuga-se a um (contra)projeto no qual devem confluir o movimento cognitivo do espaço mental com o movimento da práxis do espaço real.

Concreto real e concreto pensado, diria Kosik.

Desejáveis as travessias entre o espaço-individual-subjetivo e o espaço-social-objetivo (RIBEIRO, 2006).

4. Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Lílian. *Nova lei espanhola ameaça imigrantes brasileiros*. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de jun. 2001, p. A22.

MOREIRA, Ruy. *A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil*. Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, n° 6, p. 19-63, 1988.

MOREIRA, Ruy. *Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação*. GEOgraphia, ano IV, n° 7, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG, p. 32-52, jun. 2002.

PÁDUA, J. A. *A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais*. http://arruda.rits.org.br/noticia/reading/oeco/reading/pdf/exploracao/_ecologica.pdf acessado em 13 de março de 2007.

RIBEIRO, Júlio César. *Migração indígena para o capital: desterritorialização, conflitos e perdas sócio-culturais no município de Brasilândia/MS*. Semana de Geografia, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999, p. 120-122.

RIBEIRO, Júlio César. *Des(re)territorialização, transculturação e escravidão na Aldeia Global. Globalizando a miséria e a violência*. Revista Pegada. Presidente Prudente: CEGeT, vol. 1, n° 1, p. 61-78, set. 2000.

RIBEIRO, Júlio César. *O neomadismo indígena. As novas andorinhas e os velhos ventos capitalistas: migração para a acumulação no Mato Grosso do Sul*. In: RIBEIRO, J. C. *A geografia da escravidão no território do capital*, (Dissertação de Mestrado), Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001, p. 315-337.



RIBEIRO, Júlio César. *O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista*. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.). *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2004, p. 105-151.

RIBEIRO, Júlio César. *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*, (Tese de Doutorado), Niterói: UFF, 2006.

SARMENTO, W. M. & GMÜNDER, U. (orgs.). *Migrações no Brasil e no mundo*. Salvador: Goethe-Institut, 1996.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.